



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

PUBLICADO EM RESUMO NO DOE DE ____/____/____

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Processo TCM nº **09860-13**

Exercício Financeiro de **2012**

Câmara Municipal de **NOVA REDENÇÃO**

Gestor: **Arnold Pires dos Santos**

Relator **Cons. José Alfredo Rocha Dias**

PARECER PRÉVIO

Opina pela aprovação, porque regulares, porém com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de NOVA REDENÇÃO, relativas ao exercício financeiro de 2012.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 75, da Constituição Federal, art. 91, inciso I, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso I da Lei Complementar nº 06/91, e levando em consideração, ainda, as colocações seguintes:

1. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As contas do exercício financeiro de 2012 da **Câmara Municipal de Nova Redenção** foram encaminhadas a este Tribunal de forma **tempestiva** e aqui autuadas sob **TCM nº 9.860/13**. Da responsabilidade do **Sr. Vereador Presidente Arnold Pires dos Santos**, contém registro de haver sido observada a **disponibilidade pública**, em atenção ao disposto no § 3º do artigo 31 da Constituição da República Federativa do Brasil e nos artigos 63 e 95, § 2º da Carta Estadual. O retardamento na efetivação do sorteio dos autos decorreu da necessidade de sua ocorrência conjunta com as contas do Poder Executivo, não apresentadas oportunamente.

2. DA ANÁLISE TÉCNICA

Após a formalização processual, incluídas as peças anuais e a resultante do acompanhamento mensal, foi efetivado cuidadoso exame por técnicos lotados na Unidade competente da Corte, traduzido no **Pronunciamento Técnico de fls. 253 a 263**. Sorteados os autos a esta Relatoria, foram objeto de notificação ao Responsável, em respeito aos direitos constitucionais a ampla defesa e ao contraditório – artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República – nos termos do **Edital nº 262/2013**, publicado na edição do Diário Oficial do Estado de 27/11/2013. Conhecendo todo o seu conteúdo – comprovante de fls. 268 – cuidou o Gestor e Ordenador das despesas de apresentar a **defesa final**, com os esclarecimentos e as comprovações que entendeu pertinentes - **processo TCM nº 19.687/13**, anexado às fls. 270 a 435.

3. DO EXERCÍCIO PRECEDENTE

As contas do exercício antecedente – 2011, da responsabilidade do **mesmo Gestor das presentes**, foram objeto do Parecer Prévio nº 8.381/12, no sentido



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

da **aprovação com ressalvas**, com aplicação de multa ao Responsável no valor de R\$500,00 (quinhentos reais). **Trouxe a defesa final comprovante de recolhimento bancário**, pendente de verificações relativas à contabilização, remetido às verificações e registros da Unidade Técnica competente deste Tribunal.

4. DA LEI ORÇAMENTÁRIA E CRÉDITOS ADICIONAIS

A **Lei Orçamentária Anual nº 082/2011** consignou ao Legislativo dotações no montante de **R\$787.000,00** (setecentos e oitenta e sete mil reais). Ressalte-se que, no exercício, **não houve abertura de créditos adicionais suplementares**.

5. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A **12ª Inspeção Regional de Controle Externo**, sediada no município de Itaberaba, realizou o acompanhamento, ao longo do exercício ora analisado, da execução da receita e da despesa, notificando o Gestor e dele recebendo esclarecimentos, justificativas e documentação complementar. O resultado de tais exames consolida-se na **Cientificação/Relatório Anual de fls. 237 a 251**. Analisado o seu conteúdo e considerados os elementos produzidos na defesa final, cumpre destacar as principais irregularidades remanescentes, que repercutem nas conclusões deste pronunciamento e para efeito da adoção de providências que evitem a reincidência, causa, como sabido, de rejeição de contas:

- **Inobservância a normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, no que concerne a ocorrência de irregularidades em procedimentos licitatórios.**

- **Inobservância às regras da Resolução TCM nº 1.282/09, que disciplina o sistema informatizado "SIGA", dificultando o exercício do controle externo, inclusive com a ocorrência de divergências entre lançamentos efetivados e a documentação encaminhada à análise da Regional da Corte.**

6. DA ANÁLISE DOS BALANCETES

Receita Estimada	R\$787.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	R\$548.530,81
Receita Extra Orçamentária	R\$29.108,02
Receita Total	R\$577.638,83
Despesa Fixada	R\$787.000,00
Despesa Realizada	R\$548.530,81
Despesa Extra Orçamentária	R\$29.108,02



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Despesa Total	R\$577.638,83
---------------	---------------

Pedagogicamente, esclarece-se que os valores pertencentes ao Legislativo correspondem a “transferências financeiras”, pelo que devem ser utilizadas as contas de variação passiva (saldo devedor) e de variação ativa (saldo credor). Nas hipóteses de repasses de valores não pertencentes à entidade recebedora, são os mesmos registrados como “Recursos Financeiros Concedidos” na entidade cedente e a título de “Recursos Financeiros Recebidos”, na entidade beneficiada, evidenciando-se corretamente os resultados de cada órgão ou entidade.

6.1 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL - CRP

Observa-se o **atendimento** à Resolução CFC nº 871/00, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, na medida em que **foi apresentada a Certidão de Regularidade Profissional - CRP, do profissional em Contabilidade que assina os balancetes.**

7. RECOLHIMENTO DE SALDO AO TESOIRO MUNICIPAL - DOS RESTOS A PAGAR

Os autos revelam a inexistência, ao final do exercício, de saldo nas contas bancos e caixa.

Verificado o balancete do mês de dezembro de 2011, constata-se a inexistência de débitos inscritos em “Despesas empenhadas e não pagas”, bem como em “Despesas de Exercícios Anteriores – DEA”. Houve **cumprimento do disposto no artigo 42 da LRF.**

O Passivo Financeiro da Prefeitura evidencia consignações da Câmara no valor total de R\$583,01 (quinhentos e oitenta e três reais e um centavo). Na defesa final o Gestor informa que desconhece tais retenções, alegando que nos pronunciamentos técnicos dos exercícios de 2010 e 2011 constam que, ao final dos exercícios, as consignações e retenções se deram em igual valor. Verificada a matéria, constata-se a veracidade das alegações. Destarte, cumpre ao Gestor do Legislativo adotar providências para que as contas do Executivo não voltem a apresentar ditos registros.

É oportuno alertar que o **art. 42 da LRF veda ao titular de Poder contrair obrigações de despesa que não possam ser cumpridas integralmente no exercício, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa** para este efeito. Entre tais despesas, por óbvio, estão as chamadas de **caráter continuado, a exemplo das atinentes a consumo de água, luz e telefone, cujas faturas são apresentadas apenas no mês de janeiro subsequente.** Nessa última hipótese, devem ser reservados os recursos necessários, ainda que encaminhados, como devido, no último dia do exercício, ao Poder Executivo. O



descumprimento da norma citada é enquadrado como **crime fiscal** na Lei nº 10.028/00, art. 359-C – a Lei Penal Fiscal – e compromete o mérito das contas respectivas.

8. DO INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS

Há **divergência no Inventário dos Bens** apresentado nas contas de 2012, entre os lançamentos da Casa Legislativa e os do Poder Executivo, especificamente quanto aos que se acham sob a guarda da Câmara. Registra a primeira o valor de R\$28.447,00 (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e sete reais) e, o segundo, o de R\$156.446,50 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos). **Não há justificativa para o fato, em face das reiteradas orientações desta Corte.** Apesar de independentes, devem os Poderes prestar informações reciprocamente, de modo evitar ocorrências como as reveladas neste pronunciamento, na medida em que **o patrimônio é do município e, assim, deve o documento contemplar todos os bens, inclusive os sob a guarda do Legislativo. Atentem os sistemas de controle externo e os Gestores que a reincidência no cometimento de irregularidades objeto de manifestação da Corte de Contas é causa legalmente prevista para a rejeição de contas futuras – parágrafo único do artigo 40 da Lei Complementar Estadual nº 006/91.**

9. DAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

9.1 DESPESA TOTAL DO LEGISLATIVO

Os limites para a despesa total do Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Senhores Vereadores e excluídos os gastos com inativos, são fixados no artigo 29-A da Constituição Federal em percentuais do somatório da receita tributária e recebimentos do exercício anterior. No caso em análise **não foi superado** o limite máximo, de 8% (oito por cento).

9.2 DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

O gasto total com folha de pagamento – **R\$268.215,37** (duzentos e sessenta e oito mil duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos) – **respeita o limite imposto no §1º do artigo 29-A da Carta Federal**, na medida em que aplicado o percentual de **52,26%** (cinquenta e dois vírgula vinte e seis por cento) dos recursos transferidos.

9.3 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

A **Lei Municipal nº 042/2008** fixa o **subsídio mensal** dos Senhores Vereadores em R\$2.472,00 (dois mil quatrocentos e setenta e dois reais), para a legislatura de 2009 a 2012, **respeitadas as limitações constitucionais**. Despendido o montante anual de **R\$237.600,00** (duzentos e trinta e sete mil e



seiscentos reais) com os 09 (nove) Vereadores, incluindo o Presidente, foram observados os referidos limites, de 5% (cinco por cento) da receita – a inciso VII do art. 29 da CF – e o percentual correspondente ao município - art. 29, inciso VI, alínea “a” da CF. **A matéria é considerada regular.**

Destaque-se que o inciso VI do art. 29 da Carta Federal reza, *verbis*: “O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição ...” (grifou-se). Em assim sendo, a fixação, que deve respeitar os percentuais máximos previstos, deve efetivar-se em valores absolutos, **não podendo ocorrer alterações durante a legislatura, salvo revisão anual, respeitadas as normas legais e os índices oficiais.** A matéria é objeto da Instrução nº 01/04, deste TCM, publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 01/09/2004.

9.4 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Relatório apresentado, **atende em parte** ao disposto no item 33, do art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05, e aos dispositivos constitucionais, art. 74, incisos I a IV da Constituição Federal e art. 90, incisos I a IV, da Constituição Estadual e do art. 17 da Resolução TCM nº 1.120/05, na medida em que não foram apresentados os resultados das ações de controle interno, bem como as respostas decorrentes do acompanhamento das atividades realizadas. Que o seu Titular seja cientificado de suas responsabilidades, inclusive solidárias em casos legalmente previstos.

10. DAS EXIGÊNCIAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

10.1. LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

As despesas com pessoal **mantiveram-se dentro dos limites** fixados no artigo 20, inciso III, alínea a, da Lei Complementar nº 101/00, conforme demonstrado a seguir:

Total da despesa com Pessoal	R\$410.411,77
Receita corrente líquida do Município	R\$13.345.592,73
Percentual despendido	3,08%

10.2. CONTROLE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

A defesa final esclarece as razões do crescimento das despesas com pessoal, apontado as fls. 260/261 do Pronunciamento Técnico, posto que demonstrada a inexistência da prática de atos vedados durante o período mencionado no parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar nº 101/00.

10.3. PUBLICIDADE DOS ANEXOS DA LRF



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Encontra-se nos autos a **comprovação da ampla e oportuna divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal**, em atendimento ao disposto no art. 7º, da Resolução TCM nº 1.065/05 e ao quanto estabelecido no §2º, do art. 55, da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

11. DAS RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL

11.1. TRANSMISSÃO DE CARGOS – RESOLUÇÃO TCM Nº 1.311/12

Foi encaminhado, somente na defesa final, a documentação correspondente a Transmissão de Governo, em cumprimento a Resolução em referência.

11.2. DECLARAÇÃO DE BENS – RESOLUÇÃO TCM Nº 1.060/05

Houve apresentação da Declaração dos Bens Patrimoniais do Gestor – fl. 236, em cumprimento ao que determina o art. 11 da Resolução TCM nº 1.060/05.

12. DAS MULTAS E RESSARCIMENTOS PENDENTES

Na defesa final, como informado anteriormente, foi encaminhado comprovante de pagamento da multa aplicada ao Gestor das presentes contas, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), em decorrência da análise das do exercício antecedente - processo TCM nº 8.381/12, remetida à unidade competente para as verificações e registros pertinentes.

13. CONCLUSÃO

Diante do exposto, vistos, detidamente analisados e relatados, respeitados que foram os direitos constitucionais ao contraditório e a ampla defesa em todas as fases processuais, com arrimo no art. 40, inciso II, combinado com o art. 42, todos da Lei Complementar nº 06/91, somos pela **aprovação, porque regulares, contudo com ressalvas**, das contas da **Câmara Municipal de Nova Redenção**, pertinentes ao exercício financeiro de 2012, consubstanciadas no processo TCM nº 9.860/13, **aplicando-se ao gestor, Sr. Arnold Pires dos Santos**, com fulcro no art. 71, inciso II, da aludida Lei Complementar nº 06/91, em razão das irregularidades descritas, **multa no valor de R\$700,00** (setecentos reais), a ser recolhida ao erário municipal, com recursos pessoais do multado, na forma e prazo estabelecidos na Resolução TCM nº 1.124/05, que disciplina os artigos 72 e 75 da mesma Lei Complementar. Emita-se a competente Deliberação de Imputação de Débito. A quitação da responsabilidade do Gestor fica condicionada à comprovação do efetivo recolhimento da cominação imposta.

Ciência à CCE, para acompanhamento.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Saliente-se, por oportuno, o entendimento consolidado na Jurisprudência do Colendo STF e do Egrégio TSE, no sentido de que o julgamento das contas dos Legislativos Municipais é de competência deste Tribunal de Contas, a partir da decisão adotada na ADI 894/MT, de 23 de abril de 1999. Destarte, o posicionamento político porventura adotado pela Casa Legislativa não pode alterá-lo, no todo ou em parte.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de fevereiro de 2014.

Cons. Paulo Maracajá Pereira
Presidente

Cons. José Alfredo Rocha Dias
Relator

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em www.tcm.ba.gov.br e acesse o formato digital assinado eletronicamente.